

8 - MAR 1992

Indexação, um equívoco

ESTADO DE SÃO PAULO

cad. economia,
p 2

MARIO AMATO

A persistência da inflação tem motivado o surgimento de fórmulas diversas, e não são poucos os economistas — entre eles alguns nomes ilustres — que defendem a indexação da economia brasileira ao dólar como alternativa para derrubar os preços. Trata-se de um equívoco. Primeiro, porque a economia brasileira é muito pouco dolarizada, ao contrário, por exemplo, da economia argentina. E, segundo, porque a experiência brasileira recomenda que se elimine a indexação, e não que se substitua o indexador.



A proposta de indexação ao dólar se desdobra em outra, a de fixação da taxa de câmbio, que pode vir a ser uma camisa-de-força que tiraria das autoridades toda a liberdade para fazer uma política cambial adequada às necessidades do setor externo. A rigidez do câmbio, numa palavra, não permitiria que se manipulasse a taxa cambial de acordo com os interesses ditados pela conjuntura econômica.

Na verdade, a economia brasileira já não está tão fortemente indexada como estava antes. O câmbio é livre, o mercado financeiro opera com taxas prefixadas, a política salarial não é tão rígida como era há algum tempo. Por isso, com uma política fiscal e monetária apertada, consegue-se quebrar os mecanismos de indexação. Aliás, sem executar

essa política, que seria consistente com um programa de estabilização, a troca do indexador seria inócua. Quer dizer: pode-se usar o indexador que se quiser e isso de nada vai adiantar, porque a causa fundamental dos desequilíbrios — o desajuste do setor público — continuará intocada.

A verdade é que não há fórmulas salvadoras nem mágicas que nos permitam vencer a inflação. Qualquer solução passa por um programa de médio e longo prazos, que seja coerente com os objetivos de modernização da economia e que tenha como compromisso principal promover a liberalização. A abertura do mercado é que vai ensejar as condições para a redução dos preços internos, pelo aumento da concorrência.

Sob esse aspecto, é negável que o governo está no rumo certo. As reformas estru-

turais necessárias estão sendo feitas. A privatização, bem ou mal, avança, a regulamentação da atividade econômica é um fato e a abertura do mercado está sendo acelerada. Trata-se de medidas da maior importância para a retomada do crescimento e para a modernização da economia. Estamos progredindo, quebrando resistências, e isso é muito bom para o País.

É indispensável, agora, que se tenham regras uniformes e, principalmente, permanentes, dando aos agentes econômicos a garantia de que as coisas não mudarão de um dia para outro, como acaba de ocorrer com a alteração dos prazos para redução de aliquotas de importação, com o propósito de acelerar a abertura do mercado. Mais importante do que ficar procurando em experiências alheias cura para os nossos males é nos con-

centrarmos hoje no que é realmente fundamental para o êxito: o ajuste definitivo do setor público, entendido como a redefinição do papel do Estado e a redução da sua presença no domínio econômico, por meio, até, de um programa mais ousado de privatização e, principalmente, uma reforma tributária abrangente, que premie a produção e favoreça o investimento.

Com isso, não se precisará de indexação, porque a inflação vai cair naturalmente, como efeito mesmo da timidez dos mecanismos existentes. É hora de tornarmos mais séria e mais conseqüente a nossa participação no debate das questões econômicas, concentrando o talento e a energia de todos no que é realmente essencial.

■ Mario Amato é presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).

